

Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência de servidor federal pode ter gestão unificada..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Quando a prudência é ignorada (Editorial)..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Depois de falar em obstrução, Lira diz que encaminhará votação de agenda econômica
..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

A pindaíba dos municípios (Editorial)..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
POLÍTICA

Governo conta com Judiciário para destravar agenda econômica..... 8

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desenrola: após pressão da Fazenda, relator apresenta hoje texto no Senado..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

CGU prevê "pacto pela integridade" com empresas do Novo PAC..... 10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula e Campos Neto têm encontro de "pactuação"..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mudança divide opinião de economistas..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - AGRO SAFRA SOJA
ECONOMIA

PIB da soja e do biodiesel deve alcançar R\$ 691 bilhões neste ano..... 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Despesa de partidos com multas é dez vezes maior que em 2018..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Fazenda tenta desarmar bomba - MÍRIAM LEITÃO..... 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar sobe 1,22% e volta a ficar acima de R\$ 5..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Pobreza volta a crescer e atinge quase 12 milhões..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Presidente do BC defende "harmonia" com Fazenda.....23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dívida pública bate recorde.....24

Previdência de servidor federal pode ter gestão unificada

Edna Simão e Jéssica Sant'Ana

O governo estudar criar uma nova unidade para gerir a previdência dos **servidores públicos** federais no âmbito dos três poderes da União, apurou o Valor. Atualmente, a administração dos chamados Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) é feita de maneira descentralizada, contrariando a Constituição. A centralização é considerada uma das etapas da reforma administrativa do governo, no capítulo de aposentação.

A Constituição veda a existência de mais de uma entidade gestora de RPPS em cada ente federativo, porém, na prática, o dispositivo nunca foi cumprido.

A reforma da Previdência de 2019 trouxe trecho para reforçar esse entendimento e deixar expresso que precisaria alcançar todos os Poderes, órgãos e entidades.

Além disso, foi estabelecido o prazo de dois anos para que União, Estados e municípios se adequassem, o que também não ocorreu.

O governo Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso em 2021 um projeto de lei (PLP 189) estabelecendo que o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) assumisse a gestão dos regimes próprios da União. O **INSS** é hoje responsável pela administração do regime de Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada. O texto, que enfrentou grande resistência dos **servidores públicos**, não avançou na Câmara dos Deputados.

O Valor apurou que o governo Lula é contrário à ideia de o **INSS** virar o gestor dos regimes próprios.

A avaliação é de que a autarquia já enfrenta problemas para reduzir as filas de concessão de benefícios e que transferir mais atribuições só poderia agravar a situação.

"Uma nova autarquia cuidaria especificamente dos servidores e provavelmente não nasceria com os problemas que o **INSS** enfrenta hoje, relacionados à fila. Mas tem um custo maior para estruturação.

Então, é uma questão de pontos de vista, as diferentes alternativas possuem prós e contras", explicou um

técnico do governo.

No momento, a discussão no ministério se concentra na definição de qual modelo jurídico adotar. As opções são criar uma nova autarquia ou criar uma estrutura dentro do próprio Executivo.

A nova autarquia poderia ser de mais fácil implementação, pois teria menos resistência dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário. Após definir esse ponto, o governo pretende encaminhar um novo projeto de lei complementar para apreciação do Congresso Nacional.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, disse que a autarquia foi consultada sobre o tema e concordou com a decisão de o instituto não assumir os RPPSs, em "razão da necessidade de eficiência da gestão".

Atualmente, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores dos três poderes da União são feitas de maneiras fragmentadas por cada um dos órgãos e entidades da administração pública. Entre os problemas observados, estão: falta de padronização, o que pode fazer com que os órgãos apliquem entendimentos distintos em relação aos processos de aposentadoria e pensão; elevado risco judicial e financeiro em função de não haver controles uniformes; sobrecarga dos departamentos de gestão de pessoas; e falta de pessoal especializado.

O tema vem sendo conduzido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que está desenhando o projeto como uma das etapas da reforma administrativa do Estado. Procurada, a pasta confirmou a informação: "O Ministério da Gestão está trabalhando na estruturação de uma entidade própria, com uma governança diferenciada que abarca os três Poderes da União, como determinado pela Constituição Federal, cuidando dos inativos de forma organizada e adequada".

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187671>

Quando a prudência é ignorada (Editorial)

Entre as propostas que o governo anunciou para aumentar as receitas no ano que vem, uma das principais é a Medida Provisória (MP) 1.185, que limita a possibilidade de que empresas utilizem benefícios fiscais oriundos de um imposto estadual, o ICMS, para pagar menos **tributos** federais.

A MP foi editada após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ter acertadamente acatado a tese apresentada pelo governo no processo. Brechas legais haviam expandido as possibilidades de uso do mecanismo por empresas, garantindo que elas deduzissem não apenas investimentos da base de cálculo dos **tributos**, mas até mesmo despesas correntes, corroendo permanentemente a base fiscal da União.

Na certeza de que tinha caminho livre após a vitória judicial, o governo enviou a medida provisória e previu que a proposta renderia R\$ 35,3 bilhões em 2024. Consultados, especialistas em contas públicas ponderaram que essa projeção de receitas era demasiadamente otimista, uma vez que dependia da aprovação da Câmara e do Senado para se materializar. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, por exemplo, estimou que a proposta renderia R\$ 3,5 bilhões para a União - um valor relevante, mas que corresponde a apenas 10% do que o governo acredita poder arrecadar com a MP.

O que ainda não se sabia, porém, é que até mesmo técnicos da **Receita Federal** manifestaram dúvidas quanto às estimativas, cuja efetivação estaria atrelada a "diversos eventos futuros e incertos".

Reportagem publicada pelo jornal Valor revelou as ponderações feitas pelos servidores da própria **Receita Federal**, responsáveis pela projeção.

Em nota técnica obtida via Lei de Acesso à Informação, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (Cetad), Claudemir Malaquias, e os auditores fiscais Filipe Nogueira da Gama e Roberto Name Ribeiro mostram como haviam chegado ao número de R\$ 35,3 bilhões, sem deixar de alertar que o cálculo era eminentemente técnico e ignorava a possibilidade de que os contribuintes reagissem à proposta - algo mais do que previsível.

"Frente a uma majoração de suas obrigações tributárias, buscarão ativamente minimizar tal fardo, seja por meios legais, como questionamentos judiciais e reformulação de estratégias tributárias, ou até ilegais, como o aumento da evasão ou da elisão

fiscal", diz a nota. "Dessa forma, recomendase cautela aos formuladores da política fiscal quando da utilização de tais estimativas, devendo-se ter em mente a possibilidade de frustração de parcela do aumento de arrecadação decorrente das medidas analisadas." O sensato conselho dos servidores da **Receita Federal** não foi suficiente para demover o excesso de confiança do governo quanto ao sucesso da proposta, tanto que a projeção foi incluída na Exposição de Motivos anexada à medida provisória, assinada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ao apresentar a proposta de Orçamento do ano que vem, o ministro disse que a Receita tinha sido bastante conservadora na projeção de receitas - o que era verdade.

Haddad disse, no entanto, que o governo havia sido "muito fiel" às recomendações das áreas técnicas que embasaram a peça orçamentária. Não foi bem assim. Ao realismo manifestado pelos técnicos na projeção das receitas ordinárias recorrentes, o governo respondeu com a antecipação do pacote de medidas tributárias para arrecadar R\$ 168 bilhões no ano que vem. Já seria algo bastante desafiador se o Executivo contasse com uma base parlamentar firme e confiável no Congresso, mas não é o caso.

Sem querer abrir mão do poder que conquistou durante a pandemia, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já deixou caducar várias medidas provisórias sem realizar qualquer debate sobre a pertinência de cada uma delas, bastando, para isso, impedi-las de tramitar.

Para piorar, segundo a Coluna do Estadão, a Câmara está em obstrução há duas semanas e ficará sem apreciar nenhum projeto até que as indicações do deputado ao comando da Caixa sejam concretizadas.

Seja por razões técnicas, seja por motivos políticos, fica cada vez mais difícil acreditar no alcance do déficit zero em 2024.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Quando a prudência é ignorada

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Depois de falar em obstrução, Lira diz que encaminhará votação de agenda econômica

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Duas semanas após a entrada de Republicanos e PP no governo Lula (PT), a Câmara dos Deputados virou novamente palco de insatisfação com o Executivo nesta quarta-feira, com ameaça de paralisação dos trabalhos. No fim do dia, contudo, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), decidiu com os líderes governistas votar três propostas ontem e encaminhar a agenda econômica do governo na próxima semana.

Uma somatória de fatores levou à ameaça de paralisação dos trabalhos. O principal, segundo aliados de Lira, foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter adiado a troca de comando da Caixa Econômica Federal após ter apalavrado com Lira de que PP, União Brasil, Republicanos, PDT e PSB indicariam os novos presidentes e vice-presidentes.

Há também irritação da bancada do PSD com o governo, que prometeu entregar o comando da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) ao Republicanos, e de integrantes do Centrão com denúncia, divulgada pela revista "Veja", de que o relator da CPI das fraudes em apostas esportivas, deputado Felipe Carreras (PSBPE), teria pedido propina para não acusar as casas de apostas (as chamadas "bets"). A denúncia partiu de relatos do Ministério da Fazenda, que disputa com o Ministério do Esporte, controlado pelo PP, a secretaria de regulação das apostas esportivas.

Além disso, as frentes parlamentares da agropecuária, da segurança pública, evangélica e católica declararam obstrução, junto com PL e Novo, em protesto à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar inconstitucional o marco temporal para demarcação de terras indígenas e julgamentos que podem levar à descriminalização do porte de drogas e do aborto.

As bancadas conservadoras protestaram na Câmara e disseram que não votariam nada enquanto o STF não revise suas decisões.

A obstrução derrubou a sessão de plenário na terça-feira e comissões ao longo de quarta-feira, mas não durou muito diante dos interesses dos próprios parlamentares. Na noite de ontem, os ruralistas ajudaram a aprovar medida provisória (MP) que abre

crédito de R\$ 200 milhões para o Ministério da Agricultura e os evangélicos atuaram para discutir na Comissão de Previdência projeto que proíbe o casamento homoafetivo.

Lira chegou a informar aos partidos ontem pela manhã que não haveria pauta "porque a Casa está em obstrução", mas depois mudou de ideia e convocou uma reunião de líderes para o fim do dia, quando a base decidiu realizar uma sessão para votar a MP dos créditos e projeto de lei que prorroga a cota para produção nacional nas telas de cinema (que não tinha sido votado até o fechamento desta edição).

O presidente da Câmara não deu explicações sobre os motivos para a mudança de posição e negou que tenha recebido pressões do STF e do Palácio do Planalto.

"Não recebi recados. Nem recebo.

Deu quórum, [então] tem sessão.

Simples", afirmou ao Valor.

Ele também buscou distensionar as relações com o Supremo e confirmou presença na posse do ministro Luís Roberto Barroso como presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que correrá na tarde de hoje.

Num gesto ao governo, ele decidiu ainda dar andamento à agenda econômica e pautar para a próxima semana os projetos de lei do marco legal das garantias, da taxação as offshore (com a inclusão da tributação dos fundos de investimento exclusivos), que promove mudanças no mercado de seguros e da reestruturação do Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** para fazer a fila de espera pelos benefícios.

Lira terá reunião hoje com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para tratar dos projetos.

A escolha dos relatores deve ser divulgada após esse encontro, segundo o líder do PT na Câmara, deputado Zeca Dirceu (PR). "As coisas voltaram à normalidade", disse o petista. Ele evitou polemizar sobre a mudança de postura do presidente da Casa e disse que o tempo permitiu que aqueles que queriam protestar contra o

STF tenham feito isso. "Mas agora é vida que segue. Vamos votar e enfrentar a obstrução", afirmou.

Além de definir o relator do projetos das offshore após a reunião com Haddad, o presidente da Câmara prometeu anunciar também quem ficará a frente das negociações sobre a proposta de extinção dos juros sobre capital próprio (JCP). Outro tema que será tratado na conversa com a Fazenda é o pedido de Lira para que a medida provisória (MP) 1185, que muda regras para contabilização de incentivos fiscais do ICMS, seja reenviado como projeto de lei em regime de urgência.

As três propostas são essenciais para o ajuste fiscal prometido por Haddad, mas enfrentam resistência das empresas e de parte dos deputados.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187671>

A pindaíba dos municípios (Editorial)

Prefeitos de mais de 4.000 cidades preparam uma marcha a Brasília em outubro para pressionar o governo Lula da Silva por maiores repasses federais. A choradeira nada tem de novidade, mas tem relevância. Expõe paradoxos ainda não superados ao longo dos 35 anos de vigência da Constituição Cidadã.

A correta transferência de atribuições sociais aos municípios pela Carta de 1988 jamais encontrou respaldo em uma equação federalista que garantisse às prefeituras as receitas necessárias para a execução dessas e outras políticas essenciais aos cidadãos.

Quem sofre com essa omissão é o munícipe.

Reportagem do Estadão, integrante da série Desigualdade - O Brasil tem jeito, expôs a dificuldade enfrentada pela maioria dos municípios para quitar sua própria folha de pagamento - não raro, sobrecarregada e vitaminada em períodos eleitorais. De janeiro a junho deste ano, o gasto com os 7 milhões de **servidores públicos** das 5.568 cidades do País totalizou R\$ 208,5 bilhões. Os repasses federais, resultantes da partilha do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cobriram 74,8% dessa conta.

Não há dúvida de que uma elevação casual dos repasses da União aos municípios apenas enxugaria gelo.

Cobriria o déficit na folha de pagamento, que somente no primeiro trimestre deste ano cresceu mais de 16%, sem grandes chances de suprir a carência de investimentos urbanos nem de melhoria no atendimento básico de saúde e educação. Obviamente, em razão de interesses eleitorais, não se vislumbram cortes de servidores municipais.

A questão de fundo certamente está na equação dos repasses federais e do acesso à parcela devida do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual, sobretudo pelo fato de que as obrigações constitucionais de prover os serviços de saúde e educação recaíram sobre os municípios desde 1988. Dados do Observatório de Informações Municipais (OIM) mostram que, de 1972 a 2022, os dispêndios orçamentários das prefeituras com saúde saltaram de 5,67% para 25,49%. No caso da educação, passaram de 14,82% para 26,76%. Os inevitáveis cortes recaíram, sobretudo, nos serviços urbanos, com queda de 27,41% para 9,89%.

A compressão do Orçamento pelos gastos com saúde e educação, entretanto, não é o único vetor da pindaíba das prefeituras desfalçadas de recursos até mesmo para essas áreas, além dos cruciais investimentos em saneamento básico e na infraestrutura urbana e rural. Igualmente grave é a incapacidade de os municípios construírem, ao longo desses 35 anos, estruturas arrecadoras eficientes dos **tributos** que lhes competem. Nos mais pobres, é preciso considerar que a cobrança de IPTU é inviável; a do ISS, nula; e a do ITBI, surreal. Fato é que a maioria dos municípios que abrigavam mais de 50 mil habitantes de 2015 a 2019 não conseguiu coletar mais do que 10% do seu orçamento, segundo o OIM.

A situação de Araguinha (MT), pinçada com destaque pela reportagem, ilustra esse quadro. A prefeitura da cidade, onde vivem 1.010 brasileiros, emprega todos os trabalhadores formais da localidade, cujos salários consomem 64% dos repasses federais.

Em contrapartida, cerca de 94,5% da população não tem acesso a esgoto tratado, a única escola está em ruínas, não há creche e falta asfalto nas ruas. É admirável haver candidatos à sua prefeitura.

Em parte, a **reforma tributária** poderá contribuir para elevar a receita da maioria dos municípios, ao garantir a arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) no destino do consumo, conforme estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mas há que considerar seriamente a revisão das leis que regulamentaram a acertada decisão do constituinte de 1988 de garantir maior protagonismo aos municípios no federalismo brasileiro. A Carta, tal qual promulgada, é irretocável nesse quesito. Mas, a bem do cidadão, falta ser aplicada.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo conta com Judiciário para destravar agenda econômica

**SILVIO CASCIONE | DIRETOR DA CONSULTORIA
EURASIA GROUP**

O pedido da Fazenda ao STF para derrubar a emenda constitucional dos precatórios, aprovada pelo governo Bolsonaro, é mais um exemplo de como o governo Lula conta com o apoio dos tribunais para avançar a agenda econômica.

Neste caso, a adoção de uma nova regra para o pagamento das dívidas judiciais facilita a gestão orçamentária e evita um acúmulo explosivo daqui a alguns anos.

O governo poderia solicitar que o Congresso alterasse novamente a Constituição, mas optou por levar o pleito ao STF.

Essa tática, que também é usada para reforçar a arrecadação, tem sido bastante útil para Lula por causa da natureza de sua coalizão no Congresso.

Lula até tem maioria na Câmara e no Senado, inclusive para aprovar emendas à Constituição.

Isso é especialmente verdadeiro após a **reforma ministerial** de agosto. Nas estimativas da Eurasia Group, com base nas votações deste ano, Lula tem contado com o apoio de cerca de 360 deputados e 55 senadores.

Esses parlamentares se dividem em dois grupos: aqueles que apoiam o governo com muita lealdade, e aqueles que ajudam de maneira mais seletiva. A oposição está isolada nas duas casas, com uma tropa de choque debilitada.

Mas essa coalizão ainda é - e continuará sendo - cara e de difícil operação, o que força o governo a traçar prioridades no Legislativo. Na Câmara, a pauta ainda é influenciada fortemente pelo presidente Arthur Lira, que continua a centralizar os trabalhos em um grupo relativamente pequeno de lideranças.

No Senado, há uma maior fragmentação da base, com certo desconforto de partidos - especialmente o MDB - inquietos com o favoritismo de Davi Alcolumbre para a sucessão de Rodrigo Pacheco em 2025.

Um dos trabalhos mais difíceis da articulação de

governo é garantir a coesão da base.

Construir é mais fácil do que manter. Todos lutam por mais espaço, a começar pelo partido do próprio presidente.

Mas a composição de forças do Congresso não permite escolhas fáceis a Lula. No Senado, PSD e MDB, juntos, têm dado mais que o triplo dos votos do PT, por exemplo; na futura disputa entre Alcolumbre e senadores do MDB, há o risco de que um dos lados recorra à oposição, hoje escanteada. Na Câmara, sem o apoio de Lira, o núcleo de apoiadores fiéis do governo, atualmente com cerca de 180 deputados, tem muita dificuldade para empurrar uma proposta por conta própria.

A popularidade estável de Lula - mais alta do que se esperava - ajuda o governo a manter esse mosaico de forças organizado no Congresso, e dá mais gordura para o governo atravessar os próximos anos, que tendem a ser mais difíceis. Mas, diante desse quadro complexo, o governo deve continuar a contar com a boa relação com parte dos tribunais para defender sua agenda.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Desenrola: após pressão da Fazenda, relator apresenta hoje texto no Senado

O relator do projeto de lei do Desenrola Brasil no Senado Federal, senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), vai apresentar o seu relatório na manhã desta quinta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Depois de dizer que faria audiências públicas e não teria pressa em soltar o seu texto, Cunha voltou atrás após pressão do Ministério da Fazenda. O temor da pasta é de que o Desenrola seja paralisado caso o projeto de lei não seja aprovado até o dia 3 de outubro, quando expira a Medida Provisória que criou o programa.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o projeto será votado na segunda-feira. É incomum a abertura de sessões no plenário no início da semana, mas Pacheco disse que está acelerando o processo após apelos do governo.

- Amanhã (hoje), o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai fazer uma sessão extraordinária em que eu vou apresentar o parecer. Há uma possibilidade de ser votado amanhã na CAE e uma grande possibilidade de ser votado na segunda ou terça-feira no plenário do Senado. Estou falando aqui em concordância com o presidente Pacheco - afirmou Cunha.

Pacheco prometeu esforço concentrado, mas também previu votação na semana que vem:

- Assim que terminar a comissão amanhã temos condições de submeter ao plenário. Talvez seja necessário fazer uma sessão na segunda-feira, para aprovar especificamente esse projeto, para dar tempo dele ser sancionado no prazo de vigência da MP. Acho difícil amanhã, porque reservamos o dia para apreciação da **Reforma Tributária** com os prefeitos. A solução de segunda-feira parece boa.

No mesmo projeto do Desenrola, também está a proposta que limita as taxas de juros do cartão de crédito do rotativo. Cunha disse que colocará o teto de 100% ao ano como critério do acordo que precisa ser feito entre os bancos com o Conselho Monetário Nacional (CMN). A alteração será feita por meio de uma emenda supressiva de redação, uma forma de mudar o texto sem que ele precise voltar para análise da Câmara.

- Queremos colocar isso como teto. O acordo da CMN tem que ser até 100%. Tem que fazer para valer. Será o dobro da dívida principal em um ano. Estou chamando os consultores para não deixar nenhuma lacuna. Isso (a mudança) pode ser suprimido por uma emenda de redação, daí (o texto) não voltaria para a Câmara - afirmou.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados prevê que o máximo que pode ser cobrado pelos bancos no cartão é o dobro da dívida inicial, mas esse limite só valeria caso o setor bancário não apresentasse uma proposta em até 90 dias após a publicação da lei. Cunha afirma agora que, de qualquer forma, a proposta terá de ser de uma taxa de juros abaixo de 100% ao ano.

O relator no Senado também queria incluir na próxima fase do Desenrola dívidas de ex-estudantes com o Fies. Mas isso também poderia levar a matéria de volta para a análise da Câmara. Cunha disse que o governo se comprometeu a apresentar outro projeto separadamente, inserindo 1 milhão de pessoas para a renegociação do Fies.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/28/desenrola-apos-pressao-da-fazenda-relator-apresenta-hoje-texto-no-senado.ghtml>

CGU prevê "pacto pela integridade" com empresas do Novo PAC

Guilherme Pimenta e Fernando Exman

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, disse em entrevista exclusiva ao Valor que as empresas que participarem de projetos no âmbito do Novo PAC terão de assinar um "pacto pela integridade", se comprometendo com práticas corretas de conformidade e combate à corrupção. O modelo está sendo desenhado pelo órgão e é feito em um contexto após denúncias de corrupção nas versões anteriores do programa.

"Temos a regulamentação da nova lei de licitações, que exige que as empresas devem ter programas de conformidade efetivos, e estamos trabalhando na regulamentação da lei. Quem vai acompanhar isso é a CGU. E isso deve se aplicar não só às licitações de compra, mas para concessões de serviços públicos e PPPs", avaliou.

Além disso, ele disse que alguns órgãos da administração pública serão os responsáveis pelas licitações e, conseqüentemente, pelo controle do programa de integridade, que também terão de apresentar "padrões de integridade pública razoáveis". Somando investimentos públicos e privados, o governo aguarda que o novo programa envolva investimentos da ordem de R\$ 1,7 trilhão. "Os números são impressionantes e dão conta do tamanho do desafio que temos como nação, e a CGU pode contribuir de diversas formas." Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao comando do órgão de controle interno do Executivo no início do ano, Carvalho dedicou os primeiros meses a uma agenda de transparência e abertura de sigilos **impostos** pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Em parceria com a Polícia Federal, a CGU detectou fraudes no cartão de vacinas do ex-ajudante de ordens do presidente Mauro Cid, que foi preso naquela operação e, depois, virou delator.

A agenda de transparência continua até o fim do ano. A CGU trabalha em projeto para divulgar no Portal da Transparência informações sobre benefícios fiscais concedidos, um dos alvos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na entrevista, contou que a CGU avalia, em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU), qual será o

impacto da decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou o acordo de leniência da Odebrecht com a Lava-Jato.

Leia os principais pontos da entrevista: Valor: O senhor assumiu a CGU com foco, no primeiro momento, em abrir sigilos **impostos** por Jair Bolsonaro.

Qual o balanço até aqui?

Vinicius Marques de Carvalho: O acesso à informação é importante para a sociedade em relação a uma série de problemas na administração pública. Foi o acesso à informação, por exemplo, que permitiu a detecção do que aconteceu na carteira de vacinação do ex-presidente da República [Jair Bolsonaro], com a conseqüente investigação que acabou resultando em uma operação de impactos enormes.

Nessa linha, estamos discutindo um plano de ampliação de dados no portal da transparência, em uma ampla agenda de transparência ativa.

Valor: Como está estruturada a agenda para melhorar o ambiente de negócios do ponto de vista da conformidade?

Carvalho: A agenda da integridade privada tem impacto enorme na promoção da integridade e na investigação de ilícitos, já que há casos que deturpam o ambiente competitivo e geram vencedores que, em um ambiente saudável, não seriam vencedores. E também queremos melhorar a agenda de leniências e condutas corruptas, que têm impacto relevante no ambiente de negócios.

Valor: E do ponto de vista da integridade pública?

Carvalho: Usar a agenda de transparência da administração pública e auxiliar os órgãos públicos para evitar e prevenir a corrupção também têm impacto positivo.

E temos nossas auditorias, que estão focadas principalmente em alguns temas, como transparência, processo sancionador, dados abertos e integridade pública e privada.

Olhando para essas agendas, vamos ter foco em

alguns temas: simplificação e transparência tributária, qualidade regulatória e promoção da concorrência, integridade dos gastos governamentais e das contas públicas, e transformação digital e infraestrutura de dados. Tudo isso tem impacto no ambiente de negócios. E criamos o Prisma, que é uma mentoria para ajudar cada ministério e cada órgão do governo federal nos seus programas de integridade. A Codevasf e o FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] nos procuraram e toparam ser pilotos para o programa.

Valor: A CGU trabalha junto ao Ministério da Fazenda para divulgar dados sobre benefícios tributários, um dos alvos do ministro Fernando Haddad. Como isso vai funcionar?

Carvalho: Esses benefícios já são públicos em tese, pois alguma lei permitiu que fossem concedidos.

Chegando a um nível micro, talvez a gente consiga melhorar o debate sobre a justificativa da existência do benefício. Gerou a contrapartida esperada? Há um valor em si da sociedade saber e, na medida que sabe, pode fazer a discussão. E não tenho dúvidas que vários benefícios têm sua justificativa, não são ruins a priori. A discussão é a sociedade ter acesso à informação.

Valor: Qual o cenário para os acordos de leniência na CGU?

Carvalho: A Lei Anticorrupção é de 2013, e a Lava-Jato, de 2014.

Temos acordos de leniência sendo realizados no âmbito da operação, e vários também foram negociados na CGU. Obviamente, gerou um boom em termos de valores negociados e uma dedicação enorme da equipe a esses casos.

A lei, tendo sido colocada em vigor, foi contaminada pela forma como aconteceram os casos da Lava-Jato, em leniências assinadas baseadas em relatos, e não em provas. Isso gerou uma certa ideia de que as leniências e a celebração dos acordos seriam suficientes para se construir uma política de combate à corrupção, quando não é isso que se observa.

É importante que os órgãos tenham sua capacidade própria de detecção de condutas. O Cade, durante muito tempo, foi elogiado nesse sentido, já que, apesar das leniências, tinha uma capacidade própria de detecção de ilícitos, e é importante que isso aconteça com a Lei Anticorrupção. Por isso, precisamos reforçar a capacidade de detecção, com nossas auditorias próprias, em parcerias com a Polícia Federal ou em sistemas internos. A lei prevê que

quem do governo federal é o órgão central na aplicação da Lei Anticorrupção é a CGU, não o MP.

O MP defendeu que tinha competência no processo da Lava-Jato, e isso está sendo discutido no STF.

Valor: Então há um trabalho para a melhora na detecção própria de ilícitos para o combate à corrupção não depender de leniências?

Carvalho: A agenda de combate à corrupção, no fundo, só se estrutura se tiver capacidade de detecção.

As pessoas falam de acordo de leniência, mas só é possível fazer esses acordos se tiver uma estrutura de detecção forte. Do contrário, não há incentivo às empresas confessarem.

E há um outro caminho, que compõe tudo isso, que é a integridade privada.

Valor: A CGU também observa uma queda nos acordos de leniência, como ocorre no Cade?

Carvalho: Aqui, os acordos funcionam muito mais como um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) do que um instrumento para detectar o ilícito, por uma série de razões. A aplicação na CGU é diferente do que nos casos de cartel, com outro desenho. No Cade, a empresa que faz a leniência não paga multa nenhuma e não há debate sobre ressarcimento de danos, e aqui precisa pagar ao menos um terço da multa e há o debate sobre o ressarcimento do dano. E quando falamos de corrupção, precisamos lidar com a competência do âmbito criminal e de outros órgãos de controle, como o TCU.

Valor: E qual a agenda para integridade privada?

Carvalho: Estamos rediscutindo a integridade em si, pois hoje em dia não dá para resumir a discussão da integridade a uma discussão de corrupção. A empresa tem de lidar da maneira correta com as questões de sustentabilidade, com governança adequada e transparente.

Tudo isso compõe a ideia de integridade. Essa é a reformulação no Pró-Ética, para que as empresas possam entrar na jornada de integridade abrindo essas várias portas.

Estamos fazendo parcerias para difundir e ampliar essa agenda.

Valor: Houve avanços nos diálogos com o TCU sobre os valores envolvidos nas leniências?

Carvalho: Estamos dialogando em torno do nosso acordo de cooperação já celebrado para estabelecer critérios de dosimetria que sejam de comum acordo. Se a gente não tiver um acordo sobre como chega a esse valor, a chance de ter problema é enorme, então é preciso ter uma sintonia em torno dos critérios. Acho que vamos chegar a uma boa solução.

Valor: Quais os impactos na CGU da decisão do ministro Toffoli, do STF, que anulou a leniência da Odebrecht na Lava-Jato?

Carvalho: Estamos avaliando com a AGU. Não posso antecipar o resultado porque eu não sei, ainda está com a área técnica. Além da empresa específica, é preciso ver o impacto em outros casos. Outros processos foram abertos em decorrência dessa leniência? Pode haver situação que não tem impacto nenhum, situação com impacto para algumas pessoas e empresas e não para outras..

Valor: Alguns especialistas dizem que há uma mistura no debate entre equívocos da Lava-Jato e a efetiva corrupção ocorrida. Como avalia este momento diante desse dilema e qual o desafio que a CGU tem, em um governo do PT, com a expectativa de que novas ilegalidades não ocorram?

Carvalho: O combate à corrupção tem um dilema no mundo todo que, quanto mais combate a corrupção e mais ela aparece, mais as pessoas acham que tem corrupção, o que pode levar a alguns governos de que é melhor não combatê-la. Essa não é a nossa postura.

Nossa postura é enfrentar, combater e investigar. Mas vamos fazer da maneira adequada. Tem um problema que é as pessoas acharem que, para combater a corrupção, precisa dar jeitinho, e aí corrompe o próprio combate à corrupção.

Jeitinho para dizer o mínimo: houve distorções e equívocos muito grandes. O MP, com todo respeito, tem uma oportunidade de mostrar que pode fazer seu trabalho de combater a corrupção sem precisar trocar mensagem com juiz, sem combinar operação com juiz, sem fazer conluio. Isso vale para o MP, CGU, PF e outros órgãos envolvidos no combate à corrupção.

Valor: Haverá uma atenção especial ao Novo PAC, já que o antigo foi alvo de denúncias de corrupção?

Carvalho: São vários investimentos no Novo PAC: em transportes, cidades sustentáveis, inclusão digital, infraestrutura social inclusiva e outras áreas. Projetos bilionários. Os números são impressionantes e dão conta do tamanho do desafio que temos como nação, e a CGU pode contribuir de diversas formas. Há uma contribuição que é a dimensão das empresas que vão

participar do PAC e vão precisar assinar um pacto pela integridade, se comprometendo com práticas corretas de conformidade em termos de corrupção.

Vamos definir isso em termos concretos.

Temos a regulamentação da nova lei de licitações, que exige que as empresas devem ter programas de conformidade efetivos, e estamos trabalhando na regulamentação da lei. Quem vai acompanhar isso é a CGU. E isso deve se aplicar não só às licitações de compra, mas para concessões de serviços públicos e PPPs. E, no programa de integridade pública, estamos conversando com órgãos e estatais que vão fazer essas licitações, como Ministério dos Transportes, Cidades e na Integração e Desenvolvimento Regional, para identificar os órgãos que serão responsáveis pelas licitações e execuções dos contratos, para que os órgãos tenham padrões de integridade razoáveis. E temos nossa atuação na frente de auditoria, pois temos muito conhecimento acumulado, e podemos atuar previamente nos editais de licitação. E, se houver corrupção, estamos ali para combater e enfrentar.

É o que a lei prevê e é a orientação do presidente Lula.

Valor: Partidos aliados ao governo foram ao STF pedir a suspensão de multas estabelecidas nos acordos de leniência já firmados. Qual a posição da CGU?

Carvalho: Apresentamos informações ao Supremo. A CGU negociou os acordos com as empresas e temos o entendimento de que nossos acordos estão valendo e, a princípio, não há motivo para revisar. É claro que as empresas podem vir, em situações concretas e em face de decisões judiciais, negociar os acordos. Não é nosso objetivo aqui promover quebraquebra de empresas sob a justificativa de estar combatendo a corrupção, então precisamos olhar com cuidado para situações concretas que apareçam, mas obviamente vamos respeitar qualquer decisão do Supremo.

"Estamos discutindo um plano de ampliação de dados no portal da transparência"

"Se houver corrupção, estamos ali para combater e enfrentar. É o que a lei prevê"

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187671>

Lula e Campos Neto têm encontro de "pactuação"

NATHALIA GARCIA, RENATO MACHADO, E FERNANDA STRICKLAND

Após meses de clima de beligerância, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu pela primeira vez, ontem, desde que assumiu o Executivo, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, no Palácio do Planalto. O encontro, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, serviu de início de construção de uma relação e também houve uma "pactuação" para que essas reuniões sejam mais frequentes. O princípio de aproximação ocorre após duas reduções sucessivas da taxa básica de juros, a Selic, pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, o que era uma demanda e alvo de críticas de Lula.

"Penso que foi um encontro institucional, de construção de relação, de pactuação em torno de conversas periódicas, foi excelente", afirmou Haddad, ao voltar ao Ministério da Fazenda. "Não conversamos sobre tópicos específicos, o presidente deixou claro o respeito que tem pela instituição. A reciprocidade foi muito boa da parte do Roberto (Campos Neto), foi uma conversa de alto nível", disse.

O encontro começou com uma hora de atraso, por causa de reuniões que foram prolongadas na agenda de Lula. Na parte da tarde, ele se reuniu com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), para tratar das inundações no estado. Na sequência, ainda teve uma cerimônia pública para assinatura dos primeiros contratos de concessão de linhas de transmissão do atual governo.

Juros

Os dois e mais Haddad permaneceram reunidos também por cerca de uma hora. Lula vem criticando a alta taxa de juros no Brasil desde os primeiros meses do governo. Essas críticas, não raro, também eram acompanhadas de ataques ao próprio Campos Neto, a quem Lula pegou o costume de chamar apenas de "cidadão". Também já falou que ele era "louco" e que não tinha compromisso com o Brasil, insinuando que ele buscava beneficiar terceiros.

Na quarta-feira passada, o Copom reduziu a Selic em 0,5 ponto percentual, de 13,25% para 12,75% ao ano. A decisão foi tomada de forma unânime pelos nove membros do colegiado. Esse foi o segundo corte

consecutivo na mesma intensidade promovido pelo comitê, que levou os juros ao menor nível desde maio de 2022.

Elogio e apoio

Numa mostra de boa vontade, o presidente do Banco Central afirmou pela manhã que o governo do presidente Lula tem tomado várias decisões "no caminho certo". A afirmação foi feita durante a audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados. "O governo tomou várias decisões corretas, como manter a meta de **inflação** em 3% e a adoção do novo arcabouço fiscal. Perseguir a meta do arcabouço é uma decisão correta. Estamos de fato em um caminho. Comparada com outros países, nossa projeção de crescimento está sendo revisada para cima, o desemprego caiu para menos de 8%", firmou o presidente do BC.

Entrando na arrastada discussão sobre taxa de juros dos superricos e offshores, Campos Neto, afirmou ser favorável ao tema, defendendo uma alíquota de 10%. "Sobre arrecadação de superricos, sou a favor de arrecadação de fundos exclusivos, sou a favor de arrecadação de offshores", afirmou. "Tinha uma preocupação com erosão de base, taxar uma coisa e depois a base ser evaporada, preocupação que mencionei. Tanto na parte de fundos exclusivos quanto na parte de offshore, tenho essa preocupação, mas fui a favor nos dois casos de ter alíquota mais alta", acrescentou.

Campos Neto pontuou ainda estar tentando fazer um trabalho pelo país, junto com o Banco Central. "Sou um voto de nove da diretoria, acredito nesse projeto de autonomia, acredito em um Brasil melhor, acredito que a gente tem que sair dessa briga da polarização e falar do que realmente importa para as pessoas, como vamos crescer e gerar emprego."

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/09/2023/p1>

Mudança divide opinião de economistas

I MARIANA CARNEIRO e ADRIANA FERNANDES/BRASÍLIA

Sem unanimidade

José Roberto Afonso Formulador da LRF e pesquisador do IDP

"Desconheço que o manual do FMI determine ignorar dívidas contabilizadas"

"Não existe maquiagem. Se há, é na situação atual, porque há uma dívida pública, líquida e certa, inclusive porque a Justiça já garantiu que é devido. Essa dívida está contabilizada nos balanços dos governos, sempre esteve. Se fosse uma empresa, estaria no passivo. O governo deve, não pode negar, mas combinou que não pagaria. Essa foi a PEC do Paulo Guedes, e o teto de gasto para precatório serviu para pedalar para o futuro, para 2027, essa dívida. Desconheço que o manual do FMI (Fundo Monetário Internacional) determine ignorar dívidas contabilizadas, como é o caso dos precatórios e dos restos a pagar."

Maílson da Nóbrega Ex-ministro da Fazenda

"É contabilidade criativa que não faz bem ao governo"

"É um equívoco, um erro, porque a despesa financeira derivada do juro sobre o estoque não pago não pode ser separada do principal. É um tropeço que o governo está dando. Isso vai ser mal recebido pelos mercados."

Não tem como disfarçar esse gasto como despesa financeira, mesmo que considere só os juros.

É uma contabilidade criativa que não faz bem ao governo."

Felipe Salto Economista-chefe da Warren Rena e exsecretário de Fazenda de São Paulo

"A expectativa é de que o Supremo acate a tese e dê fim a essa novela dos precatórios"

"O governo sugere, agora, uma solução correta para o tema: pagar as despesas devidas, derivadas de decisão judicial, separando o que é despesa primária do que é gasto financeiro. A expectativa é de que o Supremo acate a tese e dê fim a essa novela dos precatórios."

Manoel Pires Coordenador do Observatório Fiscal do

Ibre/FGV e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

"Ainda temos que compreender todas as repercussões fiscais dessa intenção"

"Acho louvável o governo tentar resolver e pagar os precatórios postergados. Isso é positivo."

Mas tenho dificuldade de entender os juros do precatório como despesa financeira porque decorre de uma despesa primária. Se a ideia for pagar neste ano, pode ser conveniente para o governo em função das questões relacionadas à necessidade de incorporar novos gastos nos mínimos constitucionais de Saúde e Educação, pode abrir espaço para completar no caso do pagamento extraordinário."

Ainda temos que compreender todas as repercussões fiscais dessa intenção."

Gabriel Barros Sócio e economista-chefe da Ryo Asset e ex-diretor da IFI

"É uma interpretação nova e diferente do que se faz nos últimos 30 anos em matéria de contabilidade federal"

"É negativo, cria uma nova lógica que não tem respaldo jurídico e contábil para ser feito. Mesmo com essa extravagante proposta de mudança contábil, a meta de déficit zero continua bastante desafiadora."

É uma interpretação nova e diferente do que se faz nos últimos 30 anos em matéria de contabilidade federal. Além disso, a prática resulta na abertura de espaço fiscal para que se gaste mais nos próximos anos. Ou seja: autoriza uma política fiscal ainda mais expansionista que a elevação do pé direito do teto já entregou, aprovado via PEC da Transição e que subiu o gasto em 2% do **PIB**."

Marcos Mendes Pesquisador do Insuper

"Não há qualquer princípio legal ou de práticas contábeis que justifique a providência"

"A iniciativa do governo é meritória, uma vez que interrompe uma moratória unilateral. Deve ficar claro para a sociedade que o déficit primário maior se dará pelo reconhecimento de uma obrigação de pagar que já existia. (Mas) Temos assistido a uma série de medidas similares que, quando avaliadas em conjunto,

geram o temor de que estamos caminhando para um campo de ilusão contábil- fiscal perigoso

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

PIB da soja e do biodiesel deve alcançar R\$ 691 bilhões neste ano

JOSÉ MARIA TOMAZELA

O **PIB** total da cadeia da soja e do biodiesel do grão deve crescer 19,88% em 2023, segundo estimativa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Esalq/USP, em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O crescimento maior, de 38,47%, é previsto para a soja dentro da porteira, ou seja, no interior da fazenda.

Com isso, a cadeia produtiva pode alcançar um **PIB** total de R\$ 691 bilhões neste ano, o que representa 28,5% do total do agronegócio brasileiro.

De acordo com a pesquisadora Nicole Rennó, da equipe macroeconômica do Cepea/ Esalq, os novos dados gerados pela parceria Cepea-Abiove evidenciam a dimensão que essa cadeia produtiva alcançou com as estimativas para 2023, apontando para representatividades de 6,3% do **PIB** e 2,46% do emprego da economia brasileira como um todo.

"Fica explicitado o enorme efeito multiplicador do grão, que também é indústria, e também é serviços. Para se ter uma ideia, se mantida a perspectiva de avanço de quase 20% do **PIB** nessa cadeia em 2023, isso pode significar um ganho superior a 1 ponto percentual no crescimento do **PIB** brasileiro no ano", disse.

Em 2022, soja e biodiesel tiveram um **PIB** de R\$ 633,7 bilhões, equivalentes a 27% de todo agro nacional. O estudo mostra um crescimento sustentado e consistente da cadeia da soja desde 2010, quando essa participação era de apenas 9%.

Em 12 anos, o agronegócio cresceu 8%, nossa economia, 12%, e a cadeia da soja expandiu 58%.

É preciso registrar que o biodiesel de soja só se tornou expressivo no Brasil nos últimos cinco anos. Agora, a soja é responsável por mais de 80% do biodiesel produzido no País.

Desde 2012, o Cepea vem gerando informações sobre o **PIB**, emprego e balança comercial para a cadeia da soja e do biodiesel. Como critério metodológico, a cadeia produtiva é estruturada por segmentos que envolvem a parte agrícola, os insumos, o processamento (agroindústria) e os agrosserviços, incluindo comércio, transporte e outros serviços

necessários para atender o consumidor final no Brasil ou a exportação.

EMPREGOS. Em 2022, a cadeia da soja e do biodiesel gerou 2,05 milhões de empregos no Brasil, 80% a mais do que em 2012.

Com isso, sua participação como geradora de empregos no agronegócio cresceu de 5,8% para 10,8%. Os agrosserviços ocupam a maior parte dessa mão de obra, com 1,35 milhão de empregos, 70,5% mais frente a 2012.

O rendimento médio do trabalhador foi de R\$ 2.912 por mês, 29% acima da média do agronegócio, de R\$ 2.257. Na produção da soja, o salário chegou a R\$ 3.417, um valor 115% acima do recebido na agricultura, de R\$ 1.591. Nas agroindústrias, a remuneração foi de R\$ 2.359, com valores mais altos registrados no esmagamento e refino (R\$ 2.818) e no biodiesel (R\$ 3.192). No mesmo período, o ganho médio da agroindústria brasileira foi de R\$ 2.277.

EXPORTAÇÕES. Embora com mais oscilações, o crescimento das exportações para o complexo soja biodiesel também foi uma tendência nesta última década. Em 2022, o valor exportado atingiu um novo recorde de US\$ 61,3 bilhões, representando 38% das exportações do agronegócio nacional.

O principal destino é a China, que absorve desde 2013 mais da metade do valor exportado - 52,61% em 2022. Desde 2019, porém, os chineses têm reduzido sua dependência da soja brasileira, importando mais do Sudeste Asiático, da África e do Oriente Médio.

Também se destacaram como destinos do complexo soja em 2022 a União Europeia (14,51%), Sudeste Asiático (10,09%) e Oriente Médio (7,49%). Embora as exportações sejam relevantes para o saldo comercial, um volume significativo da produção abastece o mercado interno. Em 2022, a relação exportação versus produção foi de 61% para a soja em grão, 53% para o farelo de soja e 26% para o óleo de soja.

IMPACTO. Estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV) mostra que a expectativa de crescimento da produção nacional da soja em 2023 é de 24%, o que coloca o grão como responsável por uma alta de 20% do **PIB** este ano. No

primeiro trimestre, a agropecuária respondeu por mais de 30% do crescimento da economia, em comparação a 2022. "O resultado impressionante se explica pelo desempenho da soja, principalmente", disse a pesquisadora Juliana Trecce. Conforme o estudo, a soja representava 16% do valor da produção agrícola brasileira em 2000 e, vinte anos depois, chegou a mais de 40%.

Embora com dimensões quase continentais, as lavouras estão concentradas nas regiões Sul e Centro-Oeste, especificamente nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Relevância

28,5% é a porcentagem do **PIB** da soja e do biodiesel do grão no total do agronegócio brasileiro

R\$ 3.417 foi o salário médio do trabalhador da produção da soja no ano passado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Despesa de partidos com multas é dez vezes maior que em 2018

DIMITRIUS DANTAS E LAURIBERTO POMPEU
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA -

O pagamento de multas aplicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aos partidos cresceu quase dez vezes nos últimos cinco anos, aponta levantamento do GLOBO.

O valor foi obtido com base nas declarações de despesas apresentadas pelas legendas.

Em 2018, em valor corrigido pela **inflação**, as siglas pagaram R\$ 2 milhões. Em 2022, as despesas com multas foram de R\$ 19,9 milhões.

Ontem, mais uma vez, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Anistia teve a votação adiada pela Câmara. Integrantes da comissão disseram que o atraso é para que os deputados dialoguem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tentar um acordo que viabilize uma aprovação rápida. A PEC prevê o perdão a multas já aplicadas por irregularidades nas prestações de contas.

Os dados sobre o pagamento de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral mostram um crescimento acelerado. Apenas de 2021 a 2022, esse tipo de gasto quase triplicou. Em toda prestação de contas enviada ao TSE, os partidos apresentam uma categoria de despesas registrada como Recolhimentos ao Erário - Irregularidades na Aplicação de Recursos Público, onde está registrado o pagamento das multas.

O valor de R\$ 19,9 milhões, em 2022, entretanto, é apenas uma fração do que as legendas devem: em geral, o TSE permite que as siglas parcelam o pagamento das sanções aplicadas. O argumento apresentado pelos partidos que defendem a PEC da Anistia está amparado nesse escalonamento: a tendência é de que, a cada ano, o valor reservado ao pagamento de multa irá aumentar, tornando inviável manter os partidos.

No ano passado, o PL foi recordista em multas: R\$ 7,4 milhões.

Como padrão de comparação, isso é equivalente à despesa de todos os partidos no ano anterior. O PDT disse que pagou R\$ 2,9 milhões em multas; e o PT, R\$ 1,1 milhão.

Segundo um documento assinado pela ONG Transparência Brasil em conjunto com outras 49 organizações, caso o Congresso decida anistiar os partidos, serão R\$ 23 bilhões em recursos que terão sido aplicados sem avaliação sobre possíveis desvios. Esse é o valor recebido do Fundo Partidário pelas siglas entre 2018 e 2023.

SEM ANÁLISE DE RECURSOS As punições aplicadas aos partidos são referentes a apenas uma fração desse valor.

-Se a PEC for aprovada, a sociedade não saberá se esse volume de recursos públicos foi utilizado de modo regular ou irregular pelos partidos. Esse é o valor alcançado pela anistia. Não significa que a integralidade desses recursos foi utilizada de modo irregular, mas, uma vez aprovada a PEC, fica impossível fazer análise desses recursos - afirma Marcelo Issa, diretor-executivo do Transparência Partidária.

Dois fatores contribuem para que o panorama completo das dívidas não seja conhecido: a demora do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais em analisar os casos.

Em geral, as prestações de contas dos partidos são julgadas com cinco anos de atraso: neste ano, portanto, a Justiça está finalizando o julgamento das contas de 2018.

Além disso, a Justiça Eleitoral, conforme apontou carta da Transparência Brasil, não tem um controle sistematizado da execução de todos os processos julgados, já que seria preciso analisar cada uma das centenas de milhares de prestação de contas.

Deputados que estão à frente da PEC da Anistia tentam uma reunião com Pacheco para atualizá-lo sobre mudanças recentes no relatório da PEC e construir um texto que seja consenso entre as duas Casas. Há um desejo de aprovar a iniciativa até a semana que vem para fazer com que as novas regras já tenham validade nas eleições de 2024. Interlocutores sinalizaram que Pacheco não dará tramitação fácil para a PEC no Senado.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Fazenda tenta desarmar bomba - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, diz que o governo não está buscando qualquer artifício, precedente ou espaço fiscal quando peticiona junto ao STF para que o teto dos precatórios seja considerado inconstitucional. "É só resolver um problema que é grave, essa bola de neve. Resolver isso é bom para todo mundo. O que nós temos hoje é que a gente está tirando quase um ponto percentual do **PIB** dos indicadores de endividamento".

O secretário acha normal o debate em torno das formas de solução do problema.

"Tem discussões que são legítimas e a gente está aberto para fazer esse debate técnico". Mas ele quer deixar claro sobre o que está se falando.

-Se você olhar a dimensão do problema. É gigantesco. A gente não está pagando em dia nossas obrigações como país. A gente fala que quer ser um bom pagador, mas não paga em dia o precatório. Como podemos gerar credibilidade de que vamos pagar em dia os restos a pagar? Que vamos pagar em dia a própria dívida pública? Começa a ser criada uma suspeição sobre o país. Não faz sentido não pagar as nossas obrigações.

O estoque dos precatórios expedidos e não pagos é de R\$ 112 bilhões. Vencidos até agora são R\$ 65 bilhões. No ano que vem, o valor vai a R\$ 95 bilhões, de principal e juros. Essa foi a bola de neve deixada pelo governo Bolsonaro quando aprovou uma PEC estabelecendo que só pagaria parte das dívidas judiciais transitadas em julgado, os precatórios, deixando o resto rolar para 2027. O governo passado fez isso com objetivos eleitoreiros.

Querida abrir espaço fiscal para aumentar os gastos em ano de eleição. O que o atual Ministério da Fazenda está fazendo é antecipar se ao problema que herdou, pagar a dívida, e eliminar a bola de neve.

A fórmula inventada pelo governo Bolsonaro, na gestão do ex-ministro Paulo Guedes, teve o efeito de recriar as dívidas não contabilizadas com as que vieram do período militar.

Os chamados esqueletos foram retirados do armário

no governo Fernando Henrique.

- A gente está voltando lá no passado que tinha esqueleto que o país fingia não ver, nem queria debater. Então só o fato de colocar luz sobre o assunto e debatê-lo é uma mudança de posicionamento - diz Ceron.

Tudo vai depender do STF, do tempo e do entendimento da Justiça. Mas o governo gostaria que o problema do precatório fosse resolvido este ano porque, em 2023, a meta de primário está com folga. No ano que vem, a meta é déficit zero e isso geraria um impacto fiscal maior porque poderia ser considerado descumprimento.

A ação vai para o ministro Luiz Fux. Se a decisão for favorável, o governo terá que pedir ao Congresso recursos extraordinários para quitar essa dívida. Todo o ruído, com críticas de alguns economistas, começou quando a solução proposta foi a de separar o principal, que seria pago com esses recursos extraordinários, e os juros seriam considerados despesas financeiras. Ceron está convencido de que foi feita a melhor proposta.

-É preciso olhar as opções disponíveis. Deixar como está e esperar explodir em 2027. Outra opção é excluir do teto e das metas o pagamento, só que esse caminho gera um precedente e provavelmente dirão "vocês estão abrindo um caminho para excepcionalizar investimento, o PAC". A outra alternativa seria ir pela linha da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece que precatórios não pagos no exercício viram dívida consolidada e isso seria tratar tudo como despesa financeira. É um precedente ruim e se eu transformo tudo em dívida financeira, só o Tesouro vai se preocupar com isso daí para diante. A última opção é propor o que estamos propondo. Considerar os juros despesas financeiras é defensável.

Tem natureza diferente do principal. Olhando pragmaticamente é a melhor solução e não gera precedente, porque não há despesa dessa natureza no orçamento - diz o secretário.

Economistas que conviveram com absurdos fiscais no governo Bolsonaro estão definindo como "contabilidade criativa" essa tentativa do governo Lula de corrigir a enorme pedalada herdada da

administração anterior.

É preciso ter um único peso, uma única medida para se analisar algo técnico como contas públicas. A verdade é, o governo que dizia ser liberal e fiscalista foi autoritário e gastador.

Mas contou com a boa vontade de vários economistas do mercado financeiro. Quem fez contabilidade criativa foi Bolsonaro.

Economistas que conviveram com absurdos no governo anterior, hoje acham que a solução atual para os precatórios é contabilidade criativa

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA
Fazenda tenta desarmar bomba

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

Dólar sobe 1,22% e volta a ficar acima de R\$ 5

LETYCIA CARDOSO

O dólar comercial fechou com alta de 1,22%, a R\$ 5,0478 - o maior valor desde 31 de maio, quando terminou a R\$ 5,0731. Na máxima, chegou a R\$ 5,0791. Já a Bolsa brasileira, depois de um dia volátil, teve leve ganho de 0,12%, aos 114.327 pontos, com ajuda da Petrobras.

Embora o Ibovespa tenha começado em alta, com a expectativa de novos estímulos econômicos na China em meio à crise imobiliária, as incertezas nos Estados Unidos que podem manter os juros em patamar elevado por mais tempo fizeram o índice ficar no vermelho durante toda a tarde.

Na semana passada, o Federal Reserve (Fed, o BC americano) manteve os juros no patamar entre 5,25% e 5,5%. Ontem, o presidente do Fed de Minneapolis, Neel Kashkari, disse não ter certeza de que o atual nível de juros é suficientemente restritivo para fazer a **inflação** voltar à meta de 2%. Além disso, surgiu no cenário a possibilidade de um shutdown, ou seja, paralisação da máquina pública, nos EUA. O Orçamento de 2024 ainda não foi aprovado, e o novo ano fiscal começa em 1º de outubro.

-Vemos o dólar indo para um movimento de alta pelo temor de que o Fed possa não conseguir conter a **inflação**. É natural que o investidor gringo mude o fluxo, saindo de países emergentes, ao recalcular risco e retorno - explica Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

Daniel Pontes, da Swap Câmbio e Capitais Internacionais, acredita que o dólar pode oscilar em torno de R\$ 4,90 e R\$ 5 até o fim do ano. A última edição do Boletim Focus projeta a divisa em R\$ 4,95 no fim deste ano, permanecendo em R\$ 5 ao longo de 2024.

Para Alexandre Espirito Santo, economista-chefe da Órama, os ruídos domésticos sobre a questão fiscal também afetam o câmbio: - A percepção de que os juros americanos ficarão elevados por longo tempo favorece a moeda americana.

Além disso, com a questão dos precatórios e o impacto sobre as contas públicas, é difícil crer que o governo vá conseguir entregar déficit primário zero

ano que vem, como prometeu.

A maior cautela no Brasil e no exterior, de acordo com Bruno Komura, analista da Potenza Capital, elevou a busca pela renda fixa, tanto que o rendimento do título do Tesouro americano de 10 anos foi negociado no maior nível em 16 anos.

O resultado positivo do Ibovespa só foi possível, segundo ele, graças à alta de 3,71% nas ações ordinárias (ON, com voto) da Petrobras e de 3,17% nas preferenciais (PN, sem voto).

Os papéis da estatal se beneficiaram da alta do petróleo, que atingiu o maior do ano. A queda acentuada nos estoques da commodity nos EUA agravou preocupações com a oferta global.

O barril do Brent avançou 2,8%, a US\$ 96,55, enquanto o do WTI subiu 3,6%, a US\$ 93,68.

Mas, como a alta do petróleo pressiona a **inflação**, o setor de varejo teve mais um dia de queda na Bolsa. Casas Bahia perdeu 3,33%, Pão de Açúcar caiu 2,99%, e Magazine Luiza, 2,86%.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

Pobreza volta a crescer e atinge quase 12 milhões

A pobreza voltou a crescer na Argentina, segundo dados oficiais divulgados ontem. A parcela da população que está abaixo da linha de pobreza atingiu a marca de 40,1%, ou 11,8 milhões de pessoas. Os números se referem aos argentinos que vivem em 31 áreas urbanas pelo país.

Nestas áreas vivem 29,4 milhões de pessoas em 10 milhões de domicílios, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censo (Indec), órgão ligado ao Ministério da Economia. Desde o primeiro semestre de 2021, a fatia da população em lares abaixo da linha da pobreza não atingia um percentual tão elevado, informa o Indec.

Nos primeiros seis meses de 2021, 40,6% da população vivia em lares que estavam abaixo da linha da pobreza. Nos semestres seguintes, a taxa oscilou entre 36% e 39%, até atingir os 40,1% no primeiro semestre deste ano.

A Argentina convive há anos sob a sombra de altos índices de pobreza, baixo crescimento econômico e **inflação** descontrolada.

Os argentinos votam em outubro para escolher o próximo ou a próxima presidente da República.

O relatório do Indec aponta também que no universo avaliado quase 700 mil residências estão abaixo da linha de indigência.

São 2,7 milhões de pessoas nessa condição.

Outro dado que chama atenção diz respeito às condições de vida das crianças de 0 a 14 anos.

A pesquisa mostra que nada menos 56,2% dos argentinos nessa faixa etária são pobres.

"Esses números são resultados de uma economia que encolheu e que depois ficou estancada e também de uma **inflação** cada vez mais alta [que supera os 100% ao ano]", diz o economista Gabriel Caamano. Ele cita ainda o baixo nível de renda de grande parte da população e a baixa produtividade da economia.

A região da Grande Buenos Aires é uma das mais afetadas pela pobreza, com 41,4% de seus habitantes nessa categoria. A cidade de Buenos Aires, no

entanto, é a área urbana com menor fatia da população vivendo na pobreza: 17,3%.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187671>

Presidente do BC defende "harmonia" com Fazenda

Larissa Garcia e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, defendeu ontem, em audiência na Câmara dos Deputados, a manutenção das metas fiscais já definidas e a "harmonia" entre a autoridade monetária e o Ministério da Fazenda, expressão bastante utilizada pelo ministro Fernando Haddad.

"A despesa do Brasil em termos reais vai ser mais alta em 2023 e 2024 e, quando você pega um comparativo do Brasil com a média do mundo emergente, mesmo pós-arcabouço, a gente melhorou muito, foi uma coisa positiva que o governo fez, mas a gente ainda tem gastos um pouco acima", disse.

"A gente tem um tema de harmonia de política monetária e fiscal, é importante entender por que essa harmonia existe e é importante.

O sistema de metas de **inflação** precisa ter ancoragem fiscal também", complementou.

Campos enfatizou que é preciso manter as metas fiscais, mesmo que não sejam cumpridas à risca. "De certa forma, hoje o importante é persistir na meta [fiscal], é o que foi delineado na comunicação oficial [do Copom]. A razão pela qual existe questionamento é porque existe um número de receitas adicionais bastante grande para atingir esse número", destacou.

Mesmo com dificuldade em cortar gastos, o que segundo ele é um problema histórico, "é preciso persistir" na meta fiscal. "A nossa mensagem é de persistência, está bem alinhado ao que o ministro Haddad tem dito, acho que esse é um caminho bem promissor.

Mesmo que a meta não seja cumprida, os agentes econômicos vão ver o esforço que o governo fez na direção de cumprir a meta", acrescentou.

Ele citou uma pesquisa que questionou a analistas qual é o principal problema da economia hoje. "O que aparece em primeiro lugar é o fiscal. Aqui eu acho que tem uma notícia ruim mas também uma notícia boa, o governo tem endereçado esse tema e o Congresso tem medidas que vão ajudar, a tendência desse risco é melhorar bastante.

Acho que aqui a gente tem notícias boas pela frente." O titular do BC frisou que as projeções para o Produto Interno Bruto (**PIB**) estão sendo revisadas para cima e que, pelo carregamento estatístico deste ano, o crescimento deve ficar perto 2% em 2024. Hoje, a autoridade monetária divulgará sua expectativa para o crescimento do próximo ano no Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI). No documento de junho, foi publicada apenas a previsão para 2023, que estava em 2,0% e também deve ser atualizada para cima.

"O crescimento do **PIB** para o ano começou com 0,4%. A gente está com 1,8%. Mas o que a gente vê com esses números na ponta, principalmente com os indicadores "soft" - confiança do consumidor e da indústria -, é que está indo para 2% no ano que vem, pelo "carry" [carregamento] deste ano. Então, a gente saiu de 0,5% para 3% neste ano e, no ano que vem, de uma coisa de perto de 1,2%, 1,3%, para 2%, 2,1% ou 2,3%", disse. "Acho que o crescimento tanto deste ano quanto do ano que vem está sendo revisado para cima", complementou.

Ele também reforçou que o processo de desinflação "está em curso", mas que ainda requer uma política monetária restritiva.

"A principal mensagem aqui é falar sobre o que a gente chama de pouso suave, que é baixar a **inflação** com o mínimo de custo possível", afirmou. Segundo ele, a média da taxa de juros brasileira está em trajetória de queda em relação ao padrão histórico.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187671>

Dívida pública bate recorde

Estevão Taiar De Brasília

A Dívida Pública Federal (DPF) alcançou em agosto o maior patamar da série histórica, atingindo R\$ 6,265 trilhões, afirmou ontem o coordenador de gestão das operações da Dívida Pública do Tesouro Nacional, Roberto Lobarinhas.

Além disso, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) superou pela primeira vez a marca dos R\$ 6 trilhões, alcançando R\$ 6,027 trilhões. As afirmações foram feitas em entrevista para comentar o Relatório Mensal da Dívida (RMD) de agosto, divulgado pelo Ministério da Fazenda.

Lobarinhas disse que o crescimento da dívida que vence nos próximos 12 meses pode ser explicada "não por causa das emissões realizadas em agosto, e sim pelo deslocamento da janela de observação, incluindo agosto de 2024, com maturação de R\$ 245 bilhões".

Ele disse que as novas emissões "devem reduzir e não aumentar o custo do estoque" da DPMFi.

O coordenador afirmou que, "apesar do ambiente de aversão ao risco e mesmo do volume reduzido de vencimentos" em agosto, o Tesouro Nacional "fez um bom volume" de emissões, com destaque para os títulos pré-fixados. Do lado dos resgates, os destaques da dívida interna foram as NTN-Bs.

A participação de investidores não residentes na DPMFi variou de 9,22% em julho para 9,25% em agosto. Em valores absolutos, a fatia saiu de R\$ 545,39 bilhões para R\$ 557,82 bilhões. Os fundos de investimento ficaram com participação de 24,9% (24,1% em julho). As instituições de previdência fecharam em 22,63% (23,12%). As instituições financeiras encerraram o mês respondendo por 28,96% (contra 29,21%). O governo respondeu por 3,87% (3,84%). Já as seguradoras, por 3,93% (4,06%).

No material que acompanha o RMD, o Tesouro afirmou ainda que o mês "mais uma vez foi marcado por uma crescente aversão ao risco, com bolsas em queda e títulos americanos alcançando os níveis mais elevados desde 2006, impulsionados por preocupações relacionadas à inflação".

"No mercado local, a parte curta da curva cedeu, enquanto a parte longa acabou refletindo o forte aumento nas taxas das treasuries americanas", disse.

Site: <https://valor.globo.com/virador#edition/187671>